

**HABEAS CORPUS Nº 507.857 - SP (2019/0124352-8)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : RODOLPHO PETTENA FILHO  
**ADVOGADO** : RODOLPHO PETTENA FILHO - SP0115004  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCELO FERRARI DA SILVA (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA 52 DO STJ. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE.

*Writ* prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Marcelo Ferrari da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente e outro acusado foram denunciados pela suposta prática do crime do art. 180, §§ 1º e 2º e do art. 288, parágrafo único, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal (fls. 45/46 - Processo n. 0001309-80.2018.8.26.0372).

A defesa, então, impetrou *habeas corpus*, com pedido de liminar, na colenda Corte de origem, que denegou a ordem (fls. 49/53 - *Habeas Corpus* n. 2062205-70.2019.8.26.0000).

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente na decretação da prisão preventiva em desfavor do paciente. Em primeiro lugar, sustenta a necessidade de aditamento da denúncia ministerial, *posto que alegar e não provar é a mesma coisa que não alegar, excluindo o artigo 288, § único do CP em concurso material, nos termos do artigo 69 do CP* (fl. 3). [...] *não existindo o artigo 288, § único em concurso material, nos termos do art. 68 do CP, é de rigor a imediata concessão da REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 316 do CPP* (fl. 8).

Noutro ponto, alega inexistência de fundamentação concreta a justificar a

medida constritiva, bem como excesso de prazo na formação da culpa.

Em 8/5/2019, indeferi a liminar (fls. 56/58).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 62/68).

É o relatório.

Sucede que o *habeas corpus* está prejudicado.

Há notícia, obtida do portal eletrônico do Tribunal local, de que, em 4/6/2019, sobreveio sentença na ação penal (Autos n. 0001309-80.2018.8.26.0372), apenas em relação ao ora paciente Marcelo Ferrari da Silva, a qual foi julgada parcialmente procedente para condená-lo pelo crime de receptação qualificada e absolvê-lo do crime de associação criminosa (fl. 72).

Ao dosar a pena, o juízo *a quo* fixou-a em 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 11 dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 77).

Ora, a superveniência de sentença condenatória torna prejudicado o *writ* que tem por escopo revogar a prisão cautelar para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da ação penal. De um lado, por ser aplicável a Súmula 52/STJ; de outro, por constituir novo título judicial sentença que agora ampara a segregação.

Do Superior Tribunal, confira-se este julgado:

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.**

1. **Havendo sido prolatada sentença condenatória** em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, **é de se julgar prejudicado o exame do *habeas corpus*** quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, **para não incorrer em supressão de instância.**

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018 - grifo nosso)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus* por perda superveniente do objeto (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

